



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

OFÍCIO Nº 452/2021/DLIC/CCP/CGA/DIAD

Brasília, 13 de setembro de 2021.

Ao Coordenador-Geral de Administração
Coordenação-Geral de Administração-CGA
Complexo Sede PRF
Brasília-DF

Assunto: Aquisição. Placas Balísticas

Senhor Coordenador-Geral,

1. Trata-se de demanda apresentada pela CCP/CGA/DIAD visando veículos blindados para compor a frota de veículos operacionais da Coordenação-Geral do Comando Conjunto de Operações Especiais da Diretoria de Operações, para emprego em operações de combate ao crime em âmbito nacional. Conforme especificações do Termo de Referência-TR ([35032199](#)).
2. O objeto consta do Planejamento Anual de Contratações-PAC, conforme estrato (SEI [35156312](#)).
3. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA CGA/DIAD/PRF Nº 366, DE 27 DE AGOSTO DE 2021 ([34993094](#)).
4. As especificações estabelecidas no Termo de Referência da PRF são compatíveis com as especificações constantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2020 ([35218388](#)) da SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (uasg 200116).
5. Assim, a contratação dar-se-á mediante UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES, nos termos do Art. 22 do Decreto 7.892/2013:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

6. As quantidades necessárias demandadas, conforme itens da ARP N.º 25/2020, são os seguintes:

| Item | Especificação | quantidade | valor unitário | valor total |
|------|---|------------|----------------|------------------|
| 1 | VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais, conforme especificações do Anexo I-A do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E. | 2 | R\$ 850.077,00 | R\$ 1.700.154,00 |

7. Para facilitar a análise da instrução processual, junto a lista de verificação nos moldes da disponibilizada pela Advocacia Geral da União-AGU

| Quesitos AGU | Solução |
|--|---------|
| 1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e SIM.08650.071596/2021-12 numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009? Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em | |

sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”

2. O edital utilizado para o registro de preços admite a adesão à ata? Sim. item 4 da ARP [35218388](#)

3. Há demonstração da compatibilidade do objeto demandado com aquele discriminado na ata? (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99 e Acórdão nº 1823/2017 – Plenário) NOTA TÉCNICA Nº 21/2021/CCP/CGA/DIAD ([35246755](#))

4. Há nos autos comprovação de que o preço registrado é vantajoso em relação aos praticados no mercado onde serão adquiridos os bens e serviços, mediante pesquisa de preços que não se restrinja a consultas às empresas do ramo, feita nos termos da IN SLTI/MP nº 5/2014 (Acórdão 8340/2018 – 2ª Câmara e nº 420/2018 – Plenário). SIM. Planilha [35218874](#)

5. O serviço ou bem registrado na Ata, decorre de licitação realizada pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, promovida no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União (arts. 1º, e 22, § 8º, do Decreto nº 7.892/13)? SIM. ARP ([35218388](#)).

6. Em se tratando de serviços de tecnologia da informação e comunicação, a ata de registro de preços é gerenciada pelo Ministério da Economia ou foi previamente aprovada por esse Ministério? (art. 22, §10, do Decreto nº 7.892/2013)? N/A

6.1. Caso não tenha havido aprovação pelo Ministério da Economia, os serviços que serão contratados estão vinculados ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação constantes da mesma ata (art. 22, §11, do Decreto 7892/2013)? N/A

6.2. Foram encaminhados ao órgão gerenciador da ata de registro de preços os artefatos de planejamento previstos no caput do art. 9º da IN SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019 (art. 9º, §4º, da IN SGD/ME nº 1, 2019)? n/a

7. A ata de registro de preços a que se pretende aderir se encontra válida e vigente? (art. 22, §6º, do Decreto nº 7.892/2013) SIM. ARP ([35218388](#)).

8. Os itens a que se refere a adesão foram adjudicados por preço global de grupo de itens? Não. por item.

8.1. Caso positivo, foi atestado que a contratação é da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame ou é de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances? n/a

Obs.: Atentar para a seguinte orientação da Secretaria de Gestão:

A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP), em atenção aos Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) que:

No âmbito das licitações realizadas sob a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, somente será admitida as seguintes hipóteses:

- a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
- b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo

de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

9. Consta no edital realizado para o registro de preços, o quantitativo reservado para as aquisições pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e, também, pelos órgãos não participantes (art. 9º, II e III, do Decreto nº 7.892/13)?

ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, que seja ligada à área de Segurança Pública, não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

10. Foram Juntadas, no processo, cópias da ata de registro de preço, do edital da licitação, do termo de referência (ou projeto básico) e do termo de contrato (quando este existir) referentes à licitação realizada e ao objeto que se pretende aderir para verificação da validade da SIM. ARP [35218388](#). Edital e Anexos [35313509](#).
ata, limites para as contratações pelos caronas e certificação do objeto registrado e das condições para sua execução (arts. 9º, III, e 22, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 7.892/13)?

11. Houve consulta ao órgão gerenciador da ata de registro de preços instruído com estudo que demonstre o ganho, a eficiência, viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério da Economia (Art. 22, §1º-A, do Decreto 7.892/2013)

O pedido de autorização ao órgão gerenciador foi encaminhado via sistema. A vantajosidade da ARP foi verificada em pesquisa de mercado.

Obs: Até o momento da elaboração desta Lista (em Agosto de 2019), não houve a edição do ato supramencionado, não sendo exigível ainda o estudo em questão.

12. Consta aceitação do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, com manifestação de que não haverá prejuízo ao cumprimento das obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, sim. [35908804](#)
assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes? (art. 22, §2º, do Decreto nº 7.892/13)

13. Há termo de referência (ou projeto básico) que respeita as mesmas condições postas no termo de referência (ou projeto básico) da licitação e, ainda, devidamente aprovado pela autoridade SIM. ([35032199](#)).
competente (art. 14, II do Decreto nº 10.024/19 ou art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?

14. A aquisição ou contratação está sendo efetivada em até 90 (noventa) dias após a autorização do órgão gerenciador, observado o sim
prazo de vigência da ata (art. 22, §6º, do Decreto nº 7.892/13)?

15. Existe autorização da autoridade competente para que a aquisição se dê por meio de adesão à Ata de Registro de Preços? Serve o presente para obter a autorização do cga nos termos da Portaria DG 35, c/c Portaria 161 DG.

16. Existe demonstração da existência de dotação orçamentária para cobrir a despesa com a contratação pretendida (art. 60, Lei 4.320/64)? SIM. [35316448](#)

17. O fornecedor registrado na ata de registro de preços mantém as mesmas condições de habilitação exigidas no edital da licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93)? sim

18. Foram consultados todos os sistemas de consulta abaixo e juntados aos autos os respectivos comprovantes? confirmar a regularidade junto ao fgts.

(a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

confirmar regularidade fiscal estadual e municipal.

(b) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF

19. A minuta de termo de contrato, se houver, obedece as mesmas cláusulas do termo de contrato decorrente da licitação, ressaltando-se condições peculiares à administração aderente, tais como: SIM. item 5.1.2 do TR ([32623624](#))
qualificação, data de início da execução, local onde será entregue ou executado o objeto e quantidade?

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Lista de Verificação de Adesões a Registros de Preços (Carona)
Atualização: Maio/2020

8. O valor total da contratação é de R\$ 1.700.154,00. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA Nº 510/2021/DECO ([35316448](#)).

9. O órgão gerenciador condiciona a autorização à autorização do Coordenador-Geral de Administração. Assim, serve o presente ofício para solicitar a autorização do órgão gerenciador da ARP.

10. A Empresa contratada autorizou a adesão (SEI [35908804](#)).

11. Portanto, julgando devidamente instruídos os autos, resta a autorização para respectiva aquisição mediante "carona" na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2021, (uasg2001161), nos termos da PORTARIA DG/PRF Nº 161, DE 29 DE ABRIL DE 2021, senão vejamos:

Art. 4º Subdelegar ao Coordenador-Geral de Administração as seguintes competências:

I - ordenar despesas;

II - criar grupos de trabalho, comitês e comissões, observadas as disposições do Decreto nº 9.759, de 2019;

III - autorizar a aquisição, alienação, cessão, transferência e baixa de material;

IV - constituir comissões de recebimento de materiais e serviços;

V - autorizar a celebração de contratos de locação de bens ou prorrogação dos contratos em vigor, com valores inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês;

VI - aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência;

VII - constituir comissões, designar pregoeiros e equipes de apoio para as licitações;

VIII - autorizar procedimentos de licitação, adjudicar, homologar, revogar e anular licitações;

IX - praticar os demais atos relacionados ao procedimento licitatório;

X - ratificar atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, relativos à execução das ações orçamentárias consignadas às Unidades Gestoras de seus respectivos órgãos;

XI - firmar contratos e termos aditivos;

XII - gerenciar e controlar os registros de preços;

XIII - aplicar sanções a fornecedores e prestadores de serviços, com exceção da prevista no inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

XIV - autorizar a restituição de garantias contratuais.

12. Portanto, encaminho os autos solicitando autorização para prosseguimento.

13. Após, os autos serão remetidos ao DIAD para autorizar a despesa nos termos da PORTARIA Nº 35/2020/DG, DE 23 DE JANEIRO DE 2020.

Atenciosamente,

ELVIS AUGUSTO ULIANA
Chefe da Divisão de Licitações

DE ACORDO.

Considerando o contido na instrução processual, autorizo o prosseguimento mediante "carona" na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2021, (uasg2001161).

PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUSA
Coordenador-Geral de Administração

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ELVIS AUGUSTO ULIANA, Chefe da Divisão de Licitações**, em 13/10/2021, às 14:54, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO CUNHA FIGUEIREDO DE SOUSA, Coordenador(a)-Geral de Administração**, em 13/10/2021, às 15:01, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **35310430** e o código CRC **7096F814**.

SPO, Quadra 3, Lote 5 - Complexo Sede da PRF - Bairro Setor Policial Sul, Brasília / DF, CEP 70610-909
Telefone: - E-mail: dlic@prf.gov.br



Processo nº 08650.071596/2021-12



SEI nº 35310430



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

OFÍCIO Nº 512/2021/DLIC/CCP/CGA/DIAD

Brasília, 13 de outubro de 2021.

Ao Diretor de Administração e Logística
Diretoria de Administração e Logística - DIAD
Complexo Sede PRF
Brasília-DF

Assunto: Aquisição. Placas Balísticas

Senhor Diretor,

1. Trata-se de demanda apresentada pela CCP/CGA/DIAD visando veículos blindados para compor a frota de veículos operacionais da Coordenação-Geral do Comando Conjunto de Operações Especiais da Diretoria de Operações, para emprego em operações de combate ao crime em âmbito nacional. Conforme especificações do Termo de Referência-TR ([35032199](#)).
2. O objeto consta do Planejamento Anual de Contratações-PAC, conforme estrato (SEI [35156312](#)).
3. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA CGA/DIAD/PRF Nº 366, DE 27 DE AGOSTO DE 2021 ([34993094](#)).
4. As especificações estabelecidas no Termo de Referência da PRF são compatíveis com as especificações constantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2020 ([35218388](#)) da SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (uasg 200116).
5. Assim, a contratação dar-se-á mediante UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES, nos termos do Art. 22 do Decreto 7.892/2013:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

6. As quantidades necessárias demandadas, conforme itens da ARP N.º 25/2020, são os seguintes:

| Item | Especificação | quantidade | valor unitário | valor total |
|------|---|------------|----------------|------------------|
| 1 | VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais, conforme especificações do Anexo I-A do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E. | 2 | R\$ 850.077,00 | R\$ 1.700.154,00 |

7. Para facilitar a análise da instrução processual, junto a lista de verificação nos moldes da disponibilizada pela Advocacia Geral da União-AGU

| Quesitos AGU | Solução |
|--|---------|
| 1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e SIM.08650.071596/2021-12 numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009? Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em | |

sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.”

2. O edital utilizado para o registro de preços admite a adesão à ata? Sim. item 4 da ARP [35218388](#)

3. Há demonstração da compatibilidade do objeto demandado com aquele discriminado na ata? (art. 3º, I da Lei nº 10.520/02, e art. 2º, caput, e parágrafo único, VII, da Lei nº 9.784/99 e Acórdão nº 1823/2017 – Plenário) NOTA TÉCNICA Nº 21/2021/CCP/CGA/DIAD ([35246755](#))

4. Há nos autos comprovação de que o preço registrado é vantajoso em relação aos praticados no mercado onde serão adquiridos os bens e serviços, mediante pesquisa de preços que não se restrinja a consultas às empresas do ramo, feita nos termos da IN SLTI/MP nº 5/2014 (Acórdão 8340/2018 – 2ª Câmara e nº 420/2018 – Plenário). SIM. Planilha [35218874](#)

5. O serviço ou bem registrado na Ata, decorre de licitação realizada pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, promovida no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pela União (arts. 1º, e 22, § 8º, do Decreto nº 7.892/13)? SIM. ARP ([35218388](#)).

6. Em se tratando de serviços de tecnologia da informação e comunicação, a ata de registro de preços é gerenciada pelo Ministério da Economia ou foi previamente aprovada por esse Ministério? (art. 22, §10, do Decreto nº 7.892/2013)? N/A

6.1. Caso não tenha havido aprovação pelo Ministério da Economia, os serviços que serão contratados estão vinculados ao fornecimento de bens de tecnologia da informação e comunicação constantes da mesma ata (art. 22, §11, do Decreto 7892/2013)? N/A

6.2. Foram encaminhados ao órgão gerenciador da ata de registro de preços os artefatos de planejamento previstos no caput do art. 9º da IN SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019 (art. 9º, §4º, da IN SGD/ME nº 1, 2019)? n/a

7. A ata de registro de preços a que se pretende aderir se encontra válida e vigente? (art. 22, §6º, do Decreto nº 7.892/2013) SIM. ARP ([35218388](#)).

8. Os itens a que se refere a adesão foram adjudicados por preço global de grupo de itens? Não. por item.

8.1. Caso positivo, foi atestado que a contratação é da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame ou é de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances? n/a

Obs.: Atentar para a seguinte orientação da Secretaria de Gestão:

A Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP), em atenção aos Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) que:

No âmbito das licitações realizadas sob a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, somente será admitida as seguintes hipóteses:

- a) aquisição da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou
- b) aquisição de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

Constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo

de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

9. Consta no edital realizado para o registro de preços, o quantitativo reservado para as aquisições pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e, também, pelos órgãos não participantes (art. 9º, II e III, do Decreto nº 7.892/13)?

ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública, que seja ligada à área de Segurança Pública, não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

10. Foram Juntadas, no processo, cópias da ata de registro de preço, do edital da licitação, do termo de referência (ou projeto básico) e do termo de contrato (quando este existir) referentes à licitação realizada e ao objeto que se pretende aderir para verificação da validade da SIM. ARP [35218388](#). Edital e Anexos [35313509](#).
ata, limites para as contratações pelos caronas e certificação do objeto registrado e das condições para sua execução (arts. 9º, III, e 22, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 7.892/13)?

11. Houve consulta ao órgão gerenciador da ata de registro de preços instruído com estudo que demonstre o ganho, a eficiência, viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério da Economia (Art. 22, §1º-A, do Decreto 7.892/2013)

O pedido de autorização ao órgão gerenciador foi encaminhado via sistema. A vantajosidade da ARP foi verificada em pesquisa de mercado.

Obs: Até o momento da elaboração desta Lista (em Agosto de 2019), não houve a edição do ato supramencionado, não sendo exigível ainda o estudo em questão.

12. Consta aceitação do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, com manifestação de que não haverá prejuízo ao cumprimento das obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, sim. [35908804](#)
assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes? (art. 22, §2º, do Decreto nº 7.892/13)

13. Há termo de referência (ou projeto básico) que respeita as mesmas condições postas no termo de referência (ou projeto básico) da licitação e, ainda, devidamente aprovado pela autoridade SIM. ([35032199](#)).
competente (art. 14, II do Decreto nº 10.024/19 ou art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?

14. A aquisição ou contratação está sendo efetivada em até 90 (noventa) dias após a autorização do órgão gerenciador, observado o sim
prazo de vigência da ata (art. 22, §6º, do Decreto nº 7.892/13)?

15. Existe autorização da autoridade competente para que a aquisição se dê por meio de adesão à Ata de Registro de Preços? sim. [35310430](#)

16. Existe demonstração da existência de dotação orçamentária para cobrir a despesa com a contratação pretendida (art. 60, Lei 4.320/64)? SIM. [35316448](#)

17. O fornecedor registrado na ata de registro de preços mantém as mesmas condições de habilitação exigidas no edital da licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93)? sim. [36205671](#)

18. Foram consultados todos os sistemas de consulta abaixo e juntados aos autos os respectivos comprovantes? sim. [36205671](#)

(a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

(b) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF

19. A minuta de termo de contrato, se houver, obedece as mesmas cláusulas do termo de contrato decorrente da licitação, ressaltando-se condições peculiares à administração aderente, tais como: SIM. item 5.1.2 do TR ([32623624](#))
qualificação, data de início da execução, local onde será entregue ou executado o objeto e quantidade?

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Lista de Verificação de Adesões a Registros de Preços (Carona)
Atualização: Maio/2020

8. O valor total da contratação é de R\$ 1.700.154,00. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA Nº 510/2021/DECO ([35316448](#)).
9. O órgão gerenciador concedeu a autorização para carona via sistema SIASGnet.
10. A Empresa contratada autorizou a adesão (SEI [35908804](#)).

11. A autorização do Coordenador-Geral de Administração-CGA para que a compra se dê por meio de adesão à Ata de Registro de Preços foi concedida mediante OFÍCIO Nº 452/2021/DLIC/CCP/CGA/DIAD [35310430](#).

12. Portanto, julgando devidamente instruídos os autos, resta a autorização para despesa no valor de R\$ 1.700.154,00, em favor da empresa COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI, cnpj 33.101.177/0001-33, nos termos da PORTARIA Nº 35/2020/DG, DE 23 DE JANEIRO DE 2020, senão vejamos:

Art. 2º Subdelegar ao(a) Diretor(a) de Administração e Logística - DIRAD, sendo vedada nova subdelegação, a competência para autorizar as celebrações e prorrogações de contratos relativos a atividades de custeio ou investimento com valores iguais ou superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferiores a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no âmbito da Polícia Rodoviária Federal (Sede Nacional, UniPRF e Superintendências), devendo os autos serem encaminhados àquela DIRAD no momento imediatamente posterior à declaração de reserva orçamentária para emissão de decisão administrativa, nos termos do Art. 3º, § 2º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e do art. 7º, parágrafo único da Portaria MJSP nº 32, de 17 de janeiro de 2020.

13. Portanto, encaminho os autos solicitando autorização para emissão da nota de empenho em favor da empresa COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI, cnpj: 33.101.177/0001-33, no valor de R\$ 1.700.154,00.

Respeitosamente,

ELVIS AUGUSTO ULIANA
PRF

DE ACORDO.

Considerando o contido na instrução processual, autorizo a despesa no valor de R\$ 1.700.154,00, em favor da empresa COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI, cnpj 33.101.177/0001-33. Emita-se o respectivo empenho. Contrate-se.

MURILO CANGUSSU CAVALCANTE
Diretor de Administração e Logística

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ELVIS AUGUSTO ULIANA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 25/10/2021, às 08:56, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **MURILO CANGUSSU CAVALCANTE, Diretor(a) de Administração e Logística**, em 25/10/2021, às 09:00, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **35966860** e o código CRC **332CA0A5**.

SPO, Quadra 3, Lote 5 - Complexo Sede da PRF - Bairro Setor Policial Sul, Brasília / DF, CEP 70610-909

Telefone: - E-mail: dlic@prf.gov.br



Processo nº 08650.071596/2021-12



SEI nº 35966860



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

OFÍCIO Nº 530/2021/DLIC/CCP/CGA/DIAD

Brasília, 25 de outubro de 2021.

Ao Chefe do NUOFI-RJ
Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro
Rio de Janeiro-RJ

Assunto: Aquisição. "Carona".

Senhor chefe,

1. Trata-se de demanda apresentada pela CCP/CGA/DIAD visando veículos blindados para compor a frota de veículos operacionais da Coordenação-Geral do Comando Conjunto de Operações Especiais da Diretoria de Operações, para emprego em operações de combate ao crime em âmbito nacional. Conforme especificações do Termo de Referência-TR ([35032199](#)).

2. As especificações estabelecidas no Termo de Referência da PRF são compatíveis com as especificações constantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2020 ([35218388](#)) da SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (uasg 200116).

3. Assim, a contratação dar-se-á mediante UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES, nos termos do Art. 22 do Decreto 7.892/2013:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

4. As quantidades necessárias demandadas, conforme itens da ARP N.º 25/2020, são os seguintes:

| Item | Especificação | quantidade | valor unitário | valor total |
|------|---|------------|----------------|------------------|
| 1 | VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais, conforme especificações do Anexo I-A do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E. | 2 | R\$ 850.077,00 | R\$ 1.700.154,00 |

5. A autorização para respectiva aquisição mediante "carona" na ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2/2021, (uasg2001161), nos termos da PORTARIA DG/PRF Nº 161, DE 29 DE ABRIL DE 2021, foi concedida pelo Coordenador-Geral de Administração, por intermédio do OFÍCIO Nº 452/2021/DLIC/CCP/CGA/DIAD [35310430](#).

5.1. Assim, solicito a possibilidade de concessão de anuência da "carona" já solicitada no sistema siasgnet.

Respeitosamente,

ELVIS AUGUSTO ULIANA

PRF

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ELVIS AUGUSTO ULIANA**, **Chefe da Divisão de Licitações**, em 25/10/2021, às 08:53, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **36206011** e o código CRC **4FB19E84**.

SPO, Quadra 3, Lote 5 - Complexo Sede da PRF - Bairro Setor Policial Sul, Brasília / DF, CEP 70610-909

Telefone: - E-mail: dlic@prf.gov.br



Processo nº 08650.071596/2021-12



SEI nº 36206011



Boletim de Serviço Eletrônico em
17/04/2023

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 53/2021/NUCONT-RJ

Assunto: Autorização de adesão da UASG 200109 à Ata de registro de preços 20/2020 oriunda do pregão 19/2020.

1. Trata-se de processo de adesão à Ata de Registro de Preços 20/2020 (SEI [29647055](#)) solicitada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), UASG 200109, oriunda do pregão 19/2020, cujo objeto é a aquisição de veículos blindados especiais.
2. Após análise dos autos do processo [08650.071596/2021-12](#) e as informações prestadas no Ofício 435 ([35219246](#)), Nota Técnica 21 ([35246755](#)), Ofício 446 ([35251845](#)), Ofício 339 ([35288027](#)), restou comprovada a vantajosidade da Ata de Registro de Preços 20/2020 (SEI [29647055](#)), bem como trata-se de demanda comum a outros órgãos da Polícia Rodoviária Federal e que consta no Plano Anual de Contratações de 2021.
3. Diante disso, no uso das atribuições de ordenador de despesas do órgão gerenciador, **AUTORIZO A ADESÃO** do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), UASG 200109, à Ata de Registro de Preços 20/2020 (SEI [29647055](#)). Proceda-se com a autorização no sistema Comprasnet e demais atos administrativos subsequentes.

ROMULO FERREIRA DA SILVA

Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro

Ordenador de Despesas

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ROMULO FERREIRA DA SILVA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, em 25/10/2021, às 15:39, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **36218158** e o código CRC **8B8337D7**.



Referência: Processo nº 08650.071596/2021-12



SEI nº 36218158

Início

Consultas
Ambiente: **PRODUÇÃO**
Adesão

Solicitação de Adesão

29/07/2021 16:10:07

Gestão
Licitação

Apoio
Orgão

30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ

UASG Gerenciadora

200116 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da Licitação

00019/2020

Nº da IRP

00013/2020

Nº do Processo

08657.015529/2020

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Solicitação

Itens

Ocorrências

Filtro

Nº do Item

Descrição do Item

Fornecedor

Pesquisar

Limpar

1 adesão(ões) solicitada(s)

| Item | | | | | | Fornecedor | | | | Adesão | Quantidade Solicitada | Situação | Ação |
|---------------------------|----------------------|-------------------------|------------|---|---|--|------------|-----------------------|------------------|--------|-----------------------|----------|------|
| 150241 - Veículo especial | | | | | | 33.101.177/0001-33 - COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI | | | | | 2 | Aceita | Q |
| Nº do Item | Quantidade do Edital | Unidade de Fornecimento | Vigência | 🕒 | 👍 | 🇧🇷 | Marca | Quantidade Homologada | Valor Unitário | 🕒 | | | |
| 1 | 5 | Unidade | 23/12/2021 | 0 | 2 | 1º | VOLKSWAGEN | 5 | R\$ 870.000,0000 | 0 | 2 | | |

Um registro encontrado.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE
AUTORIZAÇÃO Nº 400/2021 - SPRF-RN

INTERESSADO(S): SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, tendo em vista o contido no Capítulo VII da Portaria nº 1.429, de 3 de novembro de 2020, do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e considerando a subdelegação conferida no art. 6º da PORTARIA DG/PRF Nº 161, DE 29 DE ABRIL DE 2021, publicada no Boletim de Serviço Eletrônico em 29/04/2021, e considerando as razões de fato e de direito expostas no Ofício 164 (SEI nº 34303661), resolve:

1. Autorizar emissão da Nota de Empenho, no valor global de R\$ 1.700.154,00 (um milhão, setecentos mil cento e cinquenta e quatro reais), em favor da empresa COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI, CNPJ nº 33.101.177/0001-33, à aquisição de 2 (duas) Viaturas Blindadas de Operações Especiais para suprir as demandas da Diretoria Regional do Nordeste.
2. Encaminhar à área de ORÇAMENTO E FINANÇAS para emissão da Nota de Empenho.

LUIZ IDALINO CÂMARA PINHEIRO

PRF

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ IDALINO CAMARA PINHEIRO, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Norte**, em 30/07/2021, às 18:03, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **34332619** e o código CRC **6F40B54A**.



Referência: Processo nº 08664.006237/2021-35



SEI nº 34332619



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Início

Consultas
Ambiente: **PRODUÇÃO**
Adesão

Solicitação de Adesão

01/12/2021 09:54:24

Gestão
Licitação
Apelo
Órgão

UASG Gerenciadora

30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ

200116 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RJ

Modalidade de Licitação
Pregão EletrônicoModo de Disputa
Aberto/FechadoNº da Licitação
00019/2020Nº da IRP
00013/2020Nº do Processo
08657.015529/2020Compra Nacional
NãoGerenciada/Autorizada ME/SGD
Não Esta solicitação está Aguardando Análise. Para editá-la, é necessário [Voltar para Edição](#)Solicitação
Itens
OcorrênciasÓrgão
30802 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJUASG Solicitante
200128 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MSNº da Solicitação
00007/2021Situação
Aguardando Análise* Nº do Processo de Compra
08669018572202136* Justificativa para Adesão
Atender a necessidade da SPRF/MS

465 Caracteres Disponíveis

Pré-requisitos para adesão

* Foi realizada ampla pesquisa de mercado e, quando couber, elaboradas as respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico ou planejamento da contratação?

☒ Sim ☐ Não

* Houve anuência do fornecedor beneficiário da ata de registro de preços?

☒ Sim ☐ Não

* O local de entrega desejado para o item é igual ao informado no edital?

☐ Sim ☒ Não

* O fornecedor está ciente e de acordo que o local de entrega desejado para o item é diferente do informado no edital?

☒ Sim ☐ Não

Solução 



Boletim de Serviço Eletrônico em
06/04/2023

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2021/SAD-RJ

Assunto: Autorização de adesão da UASG 200128 à Ata de registro de preços 20/2020 oriunda do pregão 19/2020.

Trata-se de processo de adesão à Ata de Registro de Preços 20/2020 (SEI [29647055](#)), solicitada pela Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Mato Grosso do Sul, UASG 200128, oriunda do pregão 19/2020, cujo objeto é a aquisição de veículos blindados especiais (caveirões).

Após análise dos autos do processo 08669.018572/2021-36 e as informações prestadas no OFÍCIO Nº 210/2021/SAD-RJ/SPRF-RJ (SEI [37035476](#)), restou comprovada a vantajosidade da Ata de Registro de Preços 20/2020 (SEI [29647055](#)), bem como trata-se de demanda comum a outros órgãos da Polícia Rodoviária Federal e que consta no Plano Anual de Contratações de 2021.

Diante disso, no uso das atribuições de ordenador de despesas do órgão gerenciador, **AUTORIZO A ADESAO** do Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Mato Grosso do Sul, UASG 200128, à Ata de Registro de Preços 20/2020 (SEI [29647055](#)). Proceda-se com a autorização no sistema Comprasnet e demais atos administrativos subsequentes.

RODRIGO DIAS MOREIRA

Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro - substituto

Ordenador de Despesas - substituto

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DIAS MOREIRA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro substituto(a)**, em 02/12/2021, às 15:02, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

PRF



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **37036860** e o código CRC **B6998588**.



Referência: Processo nº 08669.018572/2021-36



SEI nº 37036860



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO PARANÁ

OFÍCIO Nº 93/2021/LICITAÇÃO-PR/NUCONT-PR/SAD-PR/SPRF-PR

Curitiba, 07 de outubro de 2021.

Ao Senhor
RÔMULO FERREIRA
Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro

Assunto: **Solicita autorização para adesão a Ata de Registro de Preços.**

Senhor Superintendente,

1. Em consonância com o disposto no Decreto 7.892 de 23/01/2013, informamos a Vossa Senhoria o nosso interesse em aderir à Ata de Registro de Preço derivada do Pregão Eletrônico nº 19/2020, firmada entre a SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL/RJ e a empresa COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI.
2. Sendo assim, solicitamos sua manifestação quanto à aceitação da nossa adesão à referida Ata, para contratação dos itens discriminados abaixo, nas mesmas condições e valores nela pactuados, conforme especificações constantes no respectivo termo de referência anexo ao edital.
3. O objeto da referida adesão deverá ser entregue no endereço: Av Linha Verde, 10.150 - Prado Velho, Curitiba - PR, 81690-1500.

| Item | Descrição | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|------------|----------------|------------------|
| 1 | VBOE - Viatura Blindada de Operações Especiais, conforme especificações do Anexo I-A do Termo de Referência, incluindo especificações do Anexo I-D e I-E. | 02 | R\$ 870.000,00 | R\$ 1.740.000,00 |

R\$
VALOR TOTAL 1.740.000,00

Atenciosamente,

ANTONIO PAIM DE ABREU JUNIOR

Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal do Paraná

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO PAIM DE ABREU JUNIOR, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Paraná**, em 08/10/2021, às 14:33, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **35886346** e o código CRC **9C720C0D**.

BR 476, nº 10.150 , Curitiba / PR , CEP 81690-150
Telefone: (41) 3535-1910 - E-mail: cpl.pr@prf.gov.br



Processo nº 08659.029649/2021-12



SEI nº 35886346



Boletim de Serviço Eletrônico em
17/04/2023

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 52/2021/NUCONT-RJ

Assunto: Autorização de adesão da UASG 200118 à Ata de registro de preços 20/2020 oriunda do pregão 19/2020.

1. Trata-se de processo de adesão à Ata de Registro de Preços **20/2020**, SEI [29647055](#), solicitada pelo Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Paraná (SPRF/PR), UASG 200118, oriunda do pregão 19/2020, cujo objeto é a aquisição de Viatura Blindada de Operações Especiais (VBOE).
2. Após análise dos autos do processo [08659.029649/2021-12](#) e as informações prestadas no OFÍCIO Nº 93/2021/LICITAÇÃO-PR/NUCONT-PR/SAD-PR/SPRF-PR, SEI [35886346](#), restou comprovada a vantajosidade da Ata de Registro de Preços **20/2020**, SEI [29647055](#), bem como trata-se de demanda comum a outros órgãos da Polícia Rodoviária Federal e que consta no Plano Anual de Contratações de 2021.
3. Diante disso, no uso das atribuições de ordenador de despesas do órgão gerenciador, **AUTORIZO A ADESAO** da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Paraná (SPRF/PR), UASG 200118, à Ata de Registro de Preços 20/2020. Proceda-se com a autorização no sistema Comprasnet e demais atos administrativos subsequentes.

ROMULO FERREIRA DA SILVA

Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro
Ordenador de Despesas

PRF

Documento assinado eletronicamente por **ROMULO FERREIRA DA SILVA, Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro**, em 22/10/2021, às 12:11, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **36099748** e o código CRC **315FE1FE**.



Referência: Processo nº 08659.029649/2021-12



SEI nº 36099748